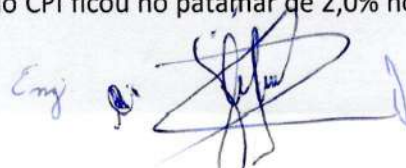


**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS  
TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA**

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS  
119ª Reunião Ordinária**

**ATA Nº 9/2025**


Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de 2025, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2024, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro, o representante do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Clécio Abrahão Ataíde, Fernando Nascimento e Elza Maria Jucá. Ausente o representante do conselho de administração, Srs. Fabricio de Moura Santos. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) as autorizações de aplicação e resgate referentes ao mês de setembro nº A2509000 a A2509008; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até a data desta reunião; 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de agosto/2025. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em agosto no montante R\$ 5.357.041,61 (1,22%); considerando que o IPCA foi de (-0,11%), foi possível cumprir a meta atuarial determinada para o mês (0,32%). Verificou-se retorno positivo de (1,18%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, apresentaram performance positiva (1,96%), puxadas valorização no índice IBOVESPA no acumulado do mês. Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (8,93%) é suficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (6,73%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. O índice brasileiro que é tratado como uma prévia do PIB, o IBC-Br, que caiu 0,5% em julho de 2025 em comparação com o mês anterior. Este é o terceiro mês seguido de retração, além de ter sido abaixo das expectativas do mercado (-0,2%). Apesar desse recuo mensal, o IBC-Br ainda mostra um crescimento de 1,1% em relação ao ano anterior. A queda mensal reflete o impacto dos juros altos sobre consumo, crédito e atividade econômica em vários setores, sinalizando uma moderação mais forte do que muitos esperavam para o segundo semestre. Na decisão brasileira da super quarta, o Copom considerou que a manutenção da Selic em 15% por um período prolongado é a estratégia mais adequada para assegurar a estabilidade dos preços, mas sinalizou que eventuais ajustes não estão descartados caso o cenário econômico se desvie das projeções atuais. No comunicado, foi chamado a atenção para o cenário internacional de elevada incerteza, marcado por riscos geopolíticos, tensões comerciais e volatilidade na condução das políticas monetárias globais. Esses fatores, somados a potenciais fragilidades internas como pressões fiscais, instabilidade cambial e desancoragem das expectativas, podem adicionar pressão inflacionária. Nos Estados Unidos, o Fed anunciou redução de 0,25 ponto percentual na taxa de juros, que agora encontra-se entre 4% e 4,25% ao ano. O movimento era amplamente esperado pelo mercado. A decisão foi pautada na desaceleração no mercado de trabalho, porém sem abrir mão do combate à inflação. Um quesito que ganhou holofotes foi a divergência dentro do Comitê, uma vez que um dos diretores (Stephen Miran) votou pelo corte de 0,50 ponto percentual. Já na Zona do Euro, a inflação anual medida pelo CPI ficou no patamar de 2,0% no

Emj 

mês de agosto, repetindo o valor de julho e alinhada à meta estabelecida pelo Banco Central Europeu. Já o núcleo da inflação, que exclui energia, alimentos não processados, álcool e tabaco, manteve-se em 2,3%, o que pressiona os membros do BCE a acompanharem o cenário com cautela. Entre os componentes, alimentos, álcool e tabaco continuaram exercendo influência significativa, apesar de uma leve queda nos ritmos de alta. Preços de energia seguiram em queda anual, embora menos intensamente do que em meses anteriores, atenuando seu efeito de arraste sobre o índice geral. O diretor presidente pontuou sobre a possibilidade de o banco BTG PACTUAL assumir a administração do fundo CARE 11, contanto que tenha apoio dos cotistas em assembleia. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos Crédito & Mercado recomenda a adoção das seguintes estratégias de Alocação dos Recursos: *Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outrora, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrealocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alta para este modelo estratégico. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob*

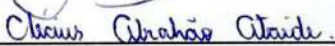
*Emf* *Pi* 

entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão. À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) do fundo de investimentos BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VERTICE ESPECIAL 2029 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 59.816.458/0001-66); 2) Autorizar o gestor resgatar R\$ 3.800.000,00 (3 milhões e oitocentos mil reais) do fundo de investimentos BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP (CNPJ 03.543.447/0001-03); 3) Autorizar o gestor a aplicar R\$290.990,14 (duzentos e noventa mil, novecentos e noventa reais e quatorze centavos) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA (CNPJ 10.740.670/0001-06); 4) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais) do fundo de investimentos CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP (CNPJ 03.737.206/0001-97); e 5) manter inalteradas as demais aplicações. Assim, às 09:07h, o Diretor Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Elza Maria Jucá, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.



---


Dirceu Garcia de Oliveira Junior  
Presidente



---

Clécio Abrahão Ataíde  
Diretor Administrativo-financeiro do TLPREV

(AUSENTE)  
\_\_\_\_\_  
Fabricio de Moura Santos  
Representante do Conselho de Administração



---

Fernando Nascimento  
Representante do Conselho Fiscal



---

Elza Maria Jucá  
Representante dos Servidores Públicos Municipais

---